



Condenado a 21 anos, Edegar Cid Ferreira volta para cadeia

O banqueiro Edegar Cid Ferreira e seu filho Rodrigo Rodrigues de Cid Ferreira foram presos pela Polícia Federal por volta das 6 horas da manhã desta terça-feira (12/12). A determinação partiu do juiz da 6ª Vara Federal de São Paulo, Fausto Martin de Sanctis. Levados inicialmente à Polícia Federal, eles estão sendo transferidos para Guarulhos ainda nesta manhã.

Edegar foi condenado a 21 anos de prisão e o seu filho a 16 anos, pelos crimes previstos nos artigos 4º, 20º e 22º da Lei 7.492/1986 (Crime contra o Sistema Financeiro), artigo 1º, incisos 6º e 7º da Lei 9.613/98 (Lavagem de Dinheiro), combinado com o parágrafo 4º da mesma Lei e Lei 9.034/95 (Crime Organizado), mais o artigo 288 do Código Penal (Formação de Quadrilha).

Também foram condenados ex-superintendente do Banco Santos, o ex-diretor administrativo Álvaro Zucheli Cabral e Ricardo Ferreira de Souza e Silva, sobrinho de Edegar e integrante do "comitê executivo informal" do banco.

Os advogados devem entrar com pedido de Habeas Corpus. Segundo eles, a sentença tem cerca de 600 páginas, mas ainda não tiveram acesso porque a Justiça Federal só abre às 11 horas.

Preso em maio, Edegar ganhou liberdade no dia 23 de agosto, por decisão da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal. O ministro Cezar Peluso entendeu que a decretação da prisão preventiva de Edegar, à época, foi ilegal por falta de fundamentação. O pedido de prisão baseou-se em informação obtida com a quebra de sigilo de comunicação entre cliente e advogado. O juiz da 6ª Vara Criminal de São Paulo decretou a prisão preventiva de Edegar por entender que e-mails trocados entre o réu, seus advogados e terceiros atentariam contra o funcionamento da Justiça e entravariam o regular andamento do processo.

Histórico

Edegar Cid Ferreira e outros 18 ex-dirigentes do Banco Santos foram denunciados pelo Ministério Público Federal por lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e gestão fraudulenta. Edegar e o ex-superintendente do banco também estão sendo processados por manter contas ilegais no exterior.

O Banco Santos está sob intervenção do Banco Central desde maio de 2004. A decisão foi tomada tendo em vista que os ativos da instituição não cobriam 50% das dívidas com os credores do banco. Outro motivo que levou à liquidação foi o insucesso das negociações entre os credores do banco para viabilizar uma solução que permitisse sua reabertura. De acordo com o BC, o Banco Santos tinha em fevereiro um passivo descoberto de R\$ 2,2 bilhões.



Em setembro de 2005, a Justiça decretou a falência do banco. Ao decretar a falência, o juiz Caio Marcelo Mendes de Oliveira, da 2ª Vara de Recuperações e Falências, entendeu que estavam presentes todos os requisitos necessários para a falência: autorização do Banco Central, existência de duas vezes mais passivos (dívidas) do que ativos (créditos) além da gravidade das irregularidades na administração do banco, encontradas durante a tramitação do inquérito instaurado pelo BC. Em parecer, o Ministério Público opinou pela falência.

Em 18 de fevereiro de 2006, a Justiça decretou o seqüestro da mansão do banqueiro e de suas obras de arte, guardadas na residência, na sede do banco e em um galpão no bairro do Jaguaré. Para o juiz Fausto de Sanctis, a preservação das obras de arte transcende a simples função de ressarcimento dos credores do Banco Santos, pois elas “possuem valor inestimável, histórico, cultural e artístico para a humanidade de tal forma que o seu eventual valor econômico não é o mais relevante”.

Date Created

12/12/2006